

amb.empauta.com

Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de agosto de 2014 às 16h21
Seleção de Notícias

Justiça Restaurativa

O Globo | BR

Poder Judiciário

Lewandowski: Brasil é ilha de tranquilidade graças a juízes 7
CAPA

O Globo Online | BR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Em evento da AMB, Lewandowski defende aumento para juízes 8

correiobrasiliense.com.br | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão é desafio para Lewandowski 9
BRASIL / ECONOMIA / POLÍTICA

O Estado de S. Paulo | BR

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Com juízes, Lewandowski fala em melhores salários 10
POLÍTICA

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes 11

Exame.com | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos é desafio para Lewandowski 12
BRASIL

G1 - Globo | BR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Presidente do CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa 13

Último Segundo - IG | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski 15
POLÍTICA

Blog Frederico Vasconcelos | BR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski firma protocolo com AMB	16
--	-----------

FREDERICO VASCONCELOS

JB Online | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	17
---	-----------

PAÍS

Zero Hora - Últimas Notícias | RS

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende melhor remuneração para juízes	18
---	-----------

A Tarde - Últimas Notícias | BA

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes	19
--	-----------

POLÍTICA

Agência Brasil | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	20
---	-----------

GERAL

Âmbito Jurídico | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	21
---	-----------

Aquidauana News | MS

14 de agosto de 2014 | AMB

Juiz de MS assina protocolo sobre Justiça Restaurativa na sede da AMB-Brasília	22
---	-----------

CenárioMT | MT

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	23
---	-----------

MUNDO

Clica Brasília | DF

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	24
---	-----------

ECONOMIA

Conselho Nacional de Justiça | BR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

O século XXI marca a era dos direitos e do Poder Judiciário, afirma Ricardo Lewandowski	25
---	-----------

Consultor Jurídico | BR

AMB

A Justiça e o Direito nos jornais desta sexta-feira	27
--	-----------

CONSULTOR JURÍDICO

AMB

Julgamento de processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	31
---	-----------

CONSULTOR JURÍDICO

DCI - Comércio, Indústria e Serviços | SP

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa	32
---	-----------

POLÍTICA

DCI Online | SP

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa	33
---	-----------

POLÍTICA

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes	34
--	-----------

POLÍTICA

Diário da Manhã - Últimas Notícias | GO

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	35
---	-----------

Diário de Notícias | SP

14 de agosto de 2014 | Poder Judiciário

Lewandowski é eleito presidente do STF por nove votos contra um	36
--	-----------

Diário do Nordeste | CE

Poder Judiciário

Mais notícias nacionais: Relação com Eduardo Campos extrapolava a política, diz Lula	37
---	-----------

NACIONAL

Diário do Poder | BR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende aumento para juízes em 1º evento na AMB	38
--	-----------

Diário dos Campos - Online | PR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	39
---	-----------

POLÍTICA

Gazeta do Povo | PR

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende melhor remuneração para os juízes	40
--	----

VIDA PÚBLICA

Gazeta do Povo - Online | PR

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende melhor remuneração para os juízes	41
--	----

JUSTIÇA

Jornal de Brasília Online | DF

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	42
---	----

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes	43
--	----

Jornal do Commercio Online | PE

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	44
---	----

POLÍTICA

Jornal do Commercio PE | PE

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski quer remunerar melhor juízes	45
---	----

POLÍTICA

Jornal do Commercio RJ | RJ

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski diz que século 21 é o da descoberta dos direitos	46
---	----

DIREITO & JUSTIÇA

O Diário de Maringá - Últimas Notícias | PR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes	48
--	----

POLÍTICA

O Imparcial Online - São Luis | MA

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	49
---	----

PAÍS

O Serrano | SP

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski	50
---	----

O Tempo Online | MG

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes 51

Paraná Online | PR

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes 52

POLÍTICA

Pioneiro Online | RS

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Lewandowski defende melhor remuneração para juízes 53

POLÍTICA

Portal AZ | PI

14 de agosto de 2014 | AMB | João Ricardo dos Santos Costa

Presidente do CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa 54

POLÍTICA

R7 | BR

Poder Judiciário

"Novo ministro do STF deve estar sintonizado com os anseios da sociedade", diz presidente da Corte recém-eleito 55

BRASIL

Revista América Economia Online | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski 57

Yahoo! Notícias Brasil | BR

14 de agosto de 2014 | AMB

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes 58

CAPA

Lewandowski: Brasil é ilha de tranquilidade graças a juízes

CAPA

Novo presidente do **STF**

O novo presidente do **STF**, Ricardo Lewandowski, defendeu ontem aumento de salário para **magistrados**. Segundo ele, o fato de o Brasil ainda ser uma "ilha de tranquilidade" se deve à atuação silenciosa dos 18 mil **juízes** do país. PÁGINA 14



Em evento da AMB, Lewandowski defende aumento para juízes

Presidente eleito do **STF** é aplaudido pelos **magistrados**

BRASÍLIA - Um dia depois de ser eleito presidente do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu o aumento dos salários pagos aos **juízes** brasileiros, uma reivindicação constante das associações da categoria. Lewandowski participou de um evento promovido pela **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** na manhã desta quinta-feira e, em sua fala, fez a defesa de melhoria salarial aos **juízes**. O ministro foi aplaudido pelos **magistrados**.

A **AMB**, durante a presidência de Joaquim Barbosa no **STF**, travou um intenso duelo com ex-presidente. Os **juízes** e suas entidades representativas praticamente não eram recebidos por Barbosa, que chegou a criticar a existência de um "conluio" entre **juízes** e advogados como foco de corrupção e do que "há de mais pernicioso". A saída do ministro da presidência, a aposentadoria precoce e a chegada de Lewandowski ao posto máximo do **STF** podem representar uma nova fase para as pressões feitas pelos **juízes**, como por exemplo o aumento de salário, o pleito mais recorrente da categoria. "Um **juiz federal**, por exemplo, recebe, em média, salário de R\$ 25 mil."

Em sua fala durante o lançamento do protocolo firmado entre **AMB** e **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para ampliação da Justiça Restaurativa, Lewandowski atribuiu aos 18 mil **juízes** brasileiros o fato de o Brasil ainda ser uma "ilha de tranquilidade". O ministro, que está interinamente na presidência do **STF** e do **CNJ** e que assume definitivamente o cargo

no próximo mês, fez então uma defesa pelo aumento dos salários dos **magistrados**. Lewandowski toma posse em setembro no Supremo.

- Essa paz reina graças a 18 mil **juízes** que atuam silenciosamente, sem que ninguém perceba, resolvendo conflitos agrários, familiares, em condições ruins, inclusive salarial. Estamos em defasagem muito grande, dada a espiral inflacionária. Precisamos atuar para dar condições de trabalho aos **juízes** - disse o presidente interino do **STF**.

Questionado depois se sua gestão no **STF** vai se relacionar melhor com as entidades de **juízes** e se encampará o reajuste salarial como bandeira, Lewandowski afirmou que a administração se pautará pelo "diálogo":

- Nossa gestão vai se pautar pelo diálogo, com o Executivo, com o Congresso, com a OAB, com as associações de **magistrados** e a sociedade em geral. Pretendemos facilitar e permitir que os **juízes** tenham todas as condições de melhorar os serviços jurisdicionais, com condições adequadas, equipamento, material humano e uma remuneração digna.

O presidente da **AMB**, **João Ricardo dos Santos Costa**, disse que os **juízes** esperam uma relação melhor com o **STF**, a partir da chegada de Lewandowski à presidência.

- Será uma relação republicana, como a República requer de autoridades. É imperioso que o representante máximo do Poder Judiciário dialogue com os **juízes** - afirmou.

Julgamento de 600 processos com repercussão é desafio para Lewandowski

BRASIL / ECONOMIA / POLÍTICA

Fellipe Sampaio /SCO/STF



Ricardo Lewandowski disse que pretende pautar a gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o MP e associações como a OAB e as que representam magistrados

Agência Brasil

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13/8). "Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça, destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com re-
amb.empauta.com

percussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Com juízes, Lewandowski fala em melhores salários

POLÍTICA



Plenário. Lewandowski na sessão de ontem do Supremo

Em evento de **magistrados**, presidente do **STF** defende melhora nas condições de trabalho e uma 'remuneração condigna'

Beatriz Bulla

No primeiro evento de que participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, ele afirmou que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária" e saiu aplaudido por uma platéia de **juízes** que foi discutir justiça restaurativa.

Ao deixar o local, o ministro disse que, durante sua gestão à frente do Supremo, pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna", completou.

Eleito anteontem para a presidência da Corte, ele deve tomar posse no início de setembro. Ele passa a presidir também o **Conselho Nacional de Justiça**.

O presidente da **AMB**, **João Ricardo** Costa, disse
amb.empauta.com

acreditar em uma relação "republicana" entre a associação e o atual presidente do **STF**. Na gestão anterior, de Joaquim Barbosa, entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio do **STF**, reiterou, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral - cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu ainda uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de solução de conflitos. "Não é mais possível que o Judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", afirmou.

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna", completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira, 13, pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **Associação dos Magistrados Bra-**

sileiros (AMB), **João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. "Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", disse Lewandowski.

Julgamento de 600 processos é desafio para Lewandowski

BRASIL

José Cruz/Agência Brasil



Ricardo Lewandowski: novo presidente do STF diz que conta com apoio dos colegas para vencer desafio

Processos com repercussão geral aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal**

Karine Melo

Brasília - O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses jul-

gamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Presidente do CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa



O presidente da AMB, João Ricardo Costa (à esquerda); o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski; e a ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti (Foto: Lucas Salomão/G1)

Objetivo é diminuir judicialização de infrações e reparar relações sociais.

Para Lewandowski, é preciso mudar cultura da **magistratura** no Brasil.

O presidente do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ministro Ricardo Lewandowski, assinou nesta quinta-feira (14) um protocolo de cooperação com a **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** para divulgar e promover a prática da justiça restaurativa. Essa modalidade de justiça prevê que em situações de conflito, a vítima e o agressor possam dialogar em busca de soluções para reparar os danos cometidos.

Também faz parte da proposta que a conciliação ocorra antes que as infrações sejam judicializadas, nos casos em que for possível.

Para Lewandowski, é preciso mudar a cultura da **magistratura** no Brasil, para restaurar "equilíbrio da paz social". Segundo o ministro, é equivocada a mentalidade de que problemas sociais serão resolvidos pela judicialização.

"Para que nós possamos dar conta desse novo anseio de Justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da **magistratura**. Parar com essa mentalidade que todos os problemas sociais serão resolvidos pela judicialização", disse em entrevista a jornalistas em um hotel de Brasília.

"É preciso que ele [o **juiz**] tenha não apenas a inteligência técnica, mas a sensibilidade e inteligência social. [É preciso] procurar, antes de fazer incidir uma justiça punitiva, repressiva, buscar, de certa forma, restaurar aquela situação de rompimento do equilíbrio da paz social", completou.

O presidente da **AMB, João Ricardo Costa**, comemorou a assinatura do protocolo e afirmou que, no processo "tradicional", o **juiz** não conhece a realidade social do infrator.

"A justiça restaurativa é um método de reunião das partes e restauração dos conflitos. Há também uma discussão do que levou aquele agente a cometer o delito. No processo tradicional, nós não temos conhecimento da realidade de cada um", disse.

Presidência do STF Questionado durante a entrevista sobre a sua gestão à frente do **STF** - Lewandowski foi eleito nesta quarta (13) presidente da Corte - o ministro afirmou que é preciso, em um primeiro momento, julgar temas com "algum impacto nacional". Ele disse que quer priorizar casos com repercussão geral, que são aqueles que geram jurisprudência para as instâncias inferiores da Justiça.

"Eu penso que o maior desafio que nós temos hoje é

Continuação: Presidente do CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa

dar vazão rápida ao julgamento de recursos especiais com repercussão geral. Nós temos hoje, salvo engano, cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral, com algum tema com impacto nacional", disse.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

POLÍTICA



Novo presidente do **Supremo Tribunal Federal** disse ter apoio dos colegas da corte para dar vazão a esses julgamentos

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi (13).

Divulgação/SCO/**STF** Lewandowski em foto de arquivo

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem de 150 mil a 300 mil processos, e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardá-los e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com re-

percussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm de ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Lewandowski firma protocolo com AMB

FREDERICO VASCONCELOS

Numa das primeiras atividades públicas como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal** e do **Conselho Nacional de Justiça**, o ministro Ricardo Lewandowski deverá assinar nesta quinta-feira (14) com o presidente da **Associação dos Magistrados Brasileiros**, **João Ricardo** Costa, um protocolo de cooperação para difusão do programa Justiça Restaurativa em todo o país.

O evento acontecerá às 11h30, no Hotel Mercure Líder, em Brasília, às 11h30.

Idealizado há 10 anos, o programa promove princípios e práticas restaurativas em situações de con-

flito e violência, aproximando a vítima, o agressor, suas famílias e a sociedade na reparação e na conciliação dos danos causados por um crime ou infração penal.

A experiência já adotada nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal têm construído um novo modelo no funcionamento e na atuação da Justiça tradicional.

A partir da assinatura do Protocolo de Cooperação, a **AMB** e os demais parceiros promoverão uma série de ações em todo o País, que serão anunciadas em entrevista coletiva.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

PAÍS

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13). "Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o

tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Lewandowski defende melhor remuneração para juízes



Lewandowski defende melhor remuneração para juízes Nelson Jr./Divulgação

Ministro falou pela primeira vez após a eleição em evento da [Associação dos Magistrados Brasileiros](#)

No primeiro evento como presidente eleito do [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#), nesta quarta-feira, o ministro **Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos juízes do país**. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela [Associação dos Magistrados Brasileiros](#), Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de [juízes](#) que participavam de evento sobre justiça restaurativa.

Confira as últimas notícias de Zero Hora

Ao deixar o local, Lewandowski contou que, durante sua gestão à frente do Supremo, pretende facilitar e permitir que os [juízes](#) tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional".

- Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna - completou.

O ministro foi eleito na última quarta-feira pelos co-

legas para assumir a presidência do [STF](#). A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do [Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#).

[Associação dos Magistrados Brasileiros](#) acredita que relação com [STF](#) deve melhorar

O presidente da [Associação dos Magistrados Brasileiros \(AMB\)](#), [João Ricardo](#) Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à [magistratura](#) acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. Segundo o ministro, o maior desafio à frente do [STF](#) será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos [magistrados](#) para buscar meios alternativos de resolução de conflitos.

- Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da [magistratura](#), parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo - disse Lewandowski.

*Estadão Conteúdo

VEJA TAMBÉM

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

POLÍTICA

No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna", completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira, 13, pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **Associação dos Magistrados Bra-**

sileiros (AMB), **João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. "Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", disse Lewandowski.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

GERAL



Novo presidente do **STF** diz que conta com apoio dos colegas para vencer desafio José Cruz/Agência Brasil

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o

tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que ti-

veram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Juiz de MS assina protocolo sobre Justiça Restaurativa na sede da AMB-Brasília

O **juiz** Roberto Ferreira Filho, da Vara da Infância e da Juventude de Campo Grande, está em Brasília nesta quinta-feira (14), na sede da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**, para participar da assinatura do Protocolo de Cooperação Interinstitucional para Difusão da Justiça Restaurativa. Ferreira Filho participa não apenas como representante de Mato Grosso do Sul, mas como presidente do Fórum Nacional de Justiça Juvenil (Fonajuv). Assinam também protocolo o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do **STF** e do **CNJ**, representantes da **AMB**, do governo federal, agências da ONU e da Associação Brasileira dos **Magistrados** da Infância e Juventude (ABRAMINJ). Após a cerimônia de assinaturas, haverá

a primeira reunião de trabalho para definição de metas e forma de efetivação da difusão da Justiça Restaurativa pelo país, já que as atividades da Justiça Restaurativa no Brasil ainda são recentes, sobretudo depois que a Organização das Nações Unidas (ONU) editou a Resolução nº 2002/2012 e da vigência da Lei nº 12.594/2012, prevendo a utilização de técnicas alternativas e restaurativas como forma de resolução de conflitos. Em Mato Grosso do Sul são desenvolvidos os projetos Justiça Restaurativa Juvenil e Justiça Restaurativa Escolar, com atendimento nas escolas da rede estadual de ensino e com perspectiva de expansão para a rede municipal da comarca de Campo Grande. Autor da notícia: Secretaria de Comunicação Social - imprensa@tjms.jus.br

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

MUNDO

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o

tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

ECONOMIA

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que ti-

veram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

O século XXI marca a era dos direitos e do Poder Judiciário, afirma Ricardo Lewandowski



Luiz Silveira/Agência [CNJ](#)

O presidente em exercício do [Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#) e do [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#), ministro Ricardo Lewandowski, afirmou, nesta quinta-feira (14/8), em Brasília, que "o século XXI é o século do Poder Judiciário, em que a humanidade, bem como o povo, o homem comum, descobriu que tem direito e quer efetivá-lo". Ele acrescentou que, diante da crescente demanda por Justiça, os [magistrados](#) devem mudar a mentalidade e buscar formas alternativas de solução de conflitos, não privilegiando apenas o ajuizamento de processos judiciais.

O ministro abordou o tema após assinar com o presidente da [Associação dos Magistrados Brasileiros \(AMB\)](#), [João Ricardo dos Santos Costa](#), e representantes de diversas instituições o Protocolo de Cooperação para a difusão da Justiça Restaurativa em todo o país. Criada há dez anos, essa prática consiste na adoção de medidas voltadas a solucionar, de forma alternativa, situações de conflito e violência, mediante a aproximação entre vítima, agressor, suas famílias e a sociedade na reparação e na conciliação dos danos causados por um crime ou infração penal.

Durante entrevista coletiva, Ricardo Lewandowski citou o livro "A era dos direitos", do filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio, segundo o qual, na transição entre os séculos XX e XXI, o mundo passou a viver a era dos direitos, com o Poder Judiciário assumindo papel fundamental. Ele lembrou que o Século XIX, com o triunfo das revoluções liberais, foi o século do Poder Legislativo, "o grande órgão de expressão da vontade do povo". Já no Século XX, acrescentou, em função das revoluções e das guerras, o Poder Executivo se tornou o mais apto a enfrentar os grandes desafios da época. "Mas o Século XXI é o Século do Poder Judiciário", assinalou.



Continuação: O século XXI marca a era dos direitos e do Poder Judiciário, afirma Ricardo Lewandowski

Ricardo Lewandowski também destacou que a Constituição de 1988 marcou a profunda transição na democracia, antes representativa e agora participativa. Segundo ele, a Carta Magna, no parágrafo 1º, do artigo 1º, assenta que todo o poder emana do povo, devendo ser exercido por representantes eleitos ou diretamente. "Isso significa que o povo brasileiro exerce o poder, participa da gestão da coisa pública, seja nos setores da educação, da cultura, esporte, meio ambiente e, agora, no âmbito do Poder Judiciário", frisou o ministro.

Ele alertou, no entanto, que essa mudança trouxe consigo um aumento expressivo no volume de demandas judiciais. "É um problema que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos chamou de explosão de litigiosidade. Só no Brasil nós temos quase cem milhões de processos em tramitação para apenas 18 mil **juízes**, dos tribunais federais, estaduais, trabalhistas, eleitorais e militares", afirmou. Para o ministro, os **magistrados**, diante desse contexto, devem buscar outras formas para a solução dos conflitos sociais, por meio, por exemplo, da mediação, da conciliação, da arbitragem e da Justiça Restaurativa.

"Para que nós possamos dar conta desse novo anseio por Justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da **magistratura**, mudar a cultura dos bacharéis em Direito, parar com essa mentalidade, essa ideia de que todos os conflitos e problemas sociais serão resolvidos mediante o ajuizamento de um processo. Nós precisamos buscar meios alternativos de solução de controvérsias. Nós

precisamos buscar não apenas resolver as questões litigiosas que se multiplicam na sociedade através de uma decisão judicial, mas sim buscar formas alternativas, devolvendo para a própria sociedade a solução de seus problemas", declarou.

Segundo o presidente em exercício do **CNJ**, é necessário que hoje o **magistrado** tenha não apenas a inteligência técnico-jurídica, conhecimento do processo, do Direito material, civil, penal ou militar. "Ele precisa ter inteligência emocional ou, mais do que isso, a sensibilidade social, porque, afinal de contas, a grande missão hoje do Poder Judiciário é dar concretização aos direitos sociais e, afinal de contas, garantir a paz social", declarou Ricardo Lewandowski, destacando que o **CNJ** dará total apoio à difusão da Justiça Restaurativa, uma iniciativa da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**.

"Uma iniciativa que não parte da cúpula para a base, mas da base para a cúpula", frisou o ministro. "Devemos, como dizia Confúcio (pensador e filósofo chinês), deixar desabrochar mil flores; é preciso que nós deixemos que essas iniciativas provindas da base possam vingar e sensibilizar a cúpula das instituições brasileiras", concluiu.

Jorge Vasconcellos

Agência CNJ de Notícias

Siga o CNJ:

A Justiça e o Direito nos jornais desta sexta-feira

CONSULTOR JURÍDICO

O **Supremo Tribunal Federal** adiou o julgamento sobre a prática do que tem sido chamado de "desaposentação" e pretende retomar a análise a partir de outro processo com repercussão geral, em setembro. A ideia dos ministros é a de fazer um julgamento único para todos os casos em tramitação no Judiciário. A tese é uma das mais importantes envolvendo a Previdência Social no Supremo. Os ministros terão que dizer como fica a situação de quem se aposenta e, em seguida, ao voltar a trabalhar, pede um recálculo de sua aposentadoria a partir de novas contribuições. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Aumento para **juízes**

Um dia depois de ser eleito presidente do **Supremo Tribunal Federal**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu o aumento dos salários pagos aos **juízes** brasileiros, uma reivindicação constante das associações da categoria. Em evento promovido pela **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** para o lançamento do protocolo firmado entre **AMB** e **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para ampliação da Justiça Restaurativa, Lewandowski atribuiu aos 18 mil **juízes** brasileiros o fato de o Brasil ainda ser uma "ilha de tranquilidade". O ministro afirmou ainda que sua gestão se pautará pelo diálogo. "Nossa gestão vai se pautar pelo diálogo, com o Executivo, com o Congresso, com a OAB, com as associações de **magistrados** e a sociedade em geral. Pretendemos facilitar e permitir que os **juízes** tenham todas as condições de melhorar os serviços jurisdicionais, com condições adequadas, equipamento, material humano e uma remuneração digna. As informações são do jornal **O Globo**.

Horário eleitoral

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Dias Toffoli, indeferiu pedido apresentado pelo Partido Verde (PV) e seu candidato a presidente, Eduardo Jorge, solicitando o adiamento por três dias da

propaganda eleitoral no rádio e na TV, programada para começar na próxima terça-feira (19/8). O candidato argumentava que o tribunal deveria, em razão do acidente aéreo que matou o candidato a presidente Eduardo Campos (PSB) e parte de sua equipe, conceder um período para que a família do presidente e das outras vítimas da tragédia pudessem se recuperar. Toffoli negou o pedido alegando que o adiamento não pode ocorrer por vontade de um candidato. As informações são do jornal **O Globo**.

Consenso entre partidos

O ministro, porém, observou que a corte que a corte poderá avaliar a possibilidade de adiamento do horário eleitoral no rádio e televisão caso exista um consenso entre todos os candidatos que disputam o pleito. O presidente destacou, porém, que um eventual consenso entre os partidos não garantirá o adiamento, que terá de ser decidido pelo plenário do TSE. "Os horários eleitorais e o calendário eleitoral são fixados por lei, e não por vontade do TSE. Se houver um pedido conjunto de todos os partidos, a única coisa que posso dizer é que levarei à deliberação do colegiado, nada mais". As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Quebra de decoro

Após tomar conhecimento de que o desembargador Siro Darlan classificou o Ministério Público estadual como uma "inutilidade" durante uma entrevista à **BBC Brasil**, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro instaurou um processo administrativo contra o **magistrado** para apurar se houve quebra de decoro. Darlan fez a crítica ao responder a uma pergunta sobre uma lei federal, sancionada no ano passado, que permite que delegados e o MP tenham acesso a dados sigilosos de entidades financeiras e empresas aéreas e a ligações telefônicas sem necessidade de autorização judicial. "A privacidade é

Continuação: A Justiça e o Direito nos jornais desta sexta-feira

um direito fundamental (...). Essa nova lei contraria os direitos do cidadão. O Ministério Público é uma inutilidade. Ele é muito eficiente quando lhe interessa. Mas há situações em que o MP se omite. Hoje, estamos com prisões superlotadas porque o MP é eficiente na repressão do povo pobre, do povo negro””, disse Darlan à **BBC Brasil**. As informações são do jornal **O Globo**.

Disputa por água

A ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a transposição do Rio Paraíba do Sul, que corre desde maio na 2ª Vara Federal de Campos (RJ), poderá ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Nesta quinta-feira (15/8), a Justiça Federal declinou da competência de julgar por entender que se trata de conflito federativo, envolvendo três estados (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) e órgãos federais. Em maio, o MPF moveu ação civil pública contra a União, a Agência Nacional de Águas (ANA), o Estado de São Paulo e o Ibama para impedir o projeto do governo paulista, que queria usar água do Paraíba do Sul para abastecer o Sistema Cantareira. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Prisão equivocada

Por um descuido, um mandado de prisão preventiva, emitido há 12 anos, levou para a cadeia Joelson Nascimento, absolvido em 2001. Ele foi detido, no último dia 7 de agosto, por policiais que usaram a medida judicial para mantê-lo preso. De nada adiantou Joelson explicar que já tinha provado sua inocência e nada devia à Justiça. A Defensoria Pública entrou com um pedido para libertar Joelson, mas, na última terça-feira (12/8), a desembargadora Maria de Freitas Carvalho, que estava no plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, negou pedido de liminar, por considerar que o serviço somente serve para "ações e medidas de caráter urgente, que tenham referência a situações que ponham em risco direito relevante". A desembargadora pon-

derou que Joelson foi preso no dia 7 e que, no dia seguinte, o defensor Leonardo Meriguetti deu entrada em uma petição no juízo onde o processo foi julgado. Como o dia 8 caiu numa sexta-feira, Maria de Freitas Carvalho observa que, nesse caso, ele poderia ter pedido a urgência naquele momento, quando havia expediente normal no fórum. Mas o defensor garante que só tomou conhecimento do caso no dia 12 e que, provavelmente, a petição mencionada nada mais era do que a informação policial sobre a prisão de Joelson. As informações são do jornal **O Globo**.

Nacionalidade brasileira

O governo brasileiro vai oferecer cidadania a pessoas apátridas, que não tem direito a nenhuma nacionalidade. Depois de 60 anos da aprovação da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, aprovado pelas Nações Unidas, o Brasil finalmente decidiu incorporar na sua legislação a garantia de proteção a essas pessoas. O projeto brasileiro determina que o Estado classifique como apátrida todas as pessoas que não sejam consideradas nacionais por nenhum país e conceda a elas a possibilidade de adotar a nacionalidade brasileira se assim o desejarem, estendida também a seus familiares. Além disso, se tiver sua condição reconhecida pelo governo brasileiro, mesmo que não queira adotar a nacionalidade do país, o apátrida terá os mesmos direitos de outros imigrantes que vivem legalmente no Brasil. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Controle de tributação

A Receita Federal publicou duas instruções normativas que alteram a Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), aumentando o controle sobre a tributação de grandes empresas -- especialmente as sociedades em conta de participação (SCP) e as tributadas pelo regime do lucro real. Pela Instrução Normativa (IN) 1.486, publicada ontem no Diário Oficial da União, as sociedades em conta de participação -- espécie de

Continuação: A Justiça e o Direito nos jornais desta sexta-feira

consórcios de empresas do setor da construção para a realização de obras -- passam a ter que informar à Receita Federal seus dados contábeis por meio de uma espécie de livro auxiliar, enviado eletronicamente pela ECD. Outra instrução normativa, a de número 1.482, esclarece que a entrega do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) ao Fisco somente está dispensada em meio impresso. O Lalur reúne os dados sobre receitas, despesas e ajustes fiscais para o controle do recolhimento de IRPJ e CSLL. Agora, as informações registradas no Lalur passam a ter que ser enviadas por meio da ECF. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Falta de vagas

A superlotação de 106 das 116 unidades da Fundação Casa de São Paulo apontada pelo Ministério Público gerou ação civil que pede multa de R\$ 14,7 milhões por dia à instituição caso ela não crie vagas para suprir a demanda. Há casos em que o número de internos é quase o triplo da capacidade. A ação foi ajuizada no dia 8 de agosto. Para a Promotoria, a superlotação causa prejuízos à ressocialização. A Fundação Casa, por outro lado, afirmou que cumpre as determinações do Conselho da **Magistratura** do Poder Judiciário paulista em relação à capacidade e ocupação. Sobre a ação, informou que não foi notificada. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Belo Monte

O Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) enviou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) documento rebatendo todos os argumentos da Norte Energia S.A (Nesa) que justificariam os atrasos da obra da usina hidrelétrica de Belo Monte e se posicionado contrário ao perdão da multa que poderá ser aplicada pela agência à empresa. O documento do MPF-PA, elaborado pelos procuradores de Belém e de Altamira e por 12 especialistas, apontam que "a própria Norte Energia é a única responsável pelo atraso na emissão de licenças e autorizações". O do-

cumento fará parte do processo em andamento na Aneel. O órgão regulador já havia recebido nota técnica da Norte Energia explicando o atraso da obra. As informações são do jornal **O Globo**.

Maria da Penha

Homens que respondem a processo pela Lei Maria da Penha, por terem agredido as companheiras, irão para a sala de aula em projeto-piloto do Ministério Público de São Paulo. O curso, que começa em setembro com 40 participantes em Taboão da Serra, vai durar um mês e incluir temas como controle da impulsividade e combate ao machismo. "Quem for a todos os encontros poderá ter a pena atenuada", explica a promotora Maria Gabriela Manssur. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou, nesta quinta-feira (14/8), a suspensão da venda de 123 planos de saúde de 28 operadoras. A medida entrará em vigor no próximo sábado (16/8). De acordo com a agência reguladora do setor, a suspensão se deve ao descumprimento dos prazos máximos de atendimento e por negativas indevidas de cobertura. Esse é o resultado do 10º ciclo do Monitoramento da Garantia de Atendimento, criado no final de 2011 com o objetivo de solucionar de maneira mais rápida os problemas de assistência aos usuários de planos de saúde. Desde o início do programa, 991 planos de 141 operadoras já tiveram as vendas suspensas. As informações são do jornal **O Globo**.

OPINIÃO Amarras à arbitragem

Em artigo publicado no jornal **Valor Econômico**, a advogada Selma Lemes afirma que não se coadunam com a tradição do direito brasileiro as restrições à arbitragem no setor público previstas no Projeto de Lei do Senado 460/2013, que altera a Lei de Arbitragem

Continuação: A Justiça e o Direito nos jornais desta sexta-feira

(Lei 9.307/96). "Ao se estabelecer que a arbitragem tenha previsão em edital, a necessidade de regulamento posterior e vedar a decisão por equidade, criam-se amarras que estão na contramão da apreendida iniciativa de modernização do texto legal", afirma. Para Lemes, retirar do projeto de lei a restrição da previsão da arbitragem somente no edital, da fixação de premissas em regulamentação posterior e a vedação do uso da equidade são medidas de bom senso que acompanhariam a adequada evolução da arbitragem no setor público.

Imagem da corte

Em editorial, o jornal **Folha de S.Paulo** considera

correta o afastamento provisório determinado pela Justiça do conselheiro Robson Marinho do Tribunal de Contas de São Paulo. Para a Folha, a medida visa preservar imagem da corte que fiscaliza uso de recursos públicos. "Descontado certo exagero da generalização, resta inegável que não convém a nenhuma corte, muito menos às talhadas para a fiscalização de recursos públicos, manter em suas cadeiras indivíduos de quem a população possa desconfiar. Não por acaso, a Constituição exige dos membros dos tribunais de contas nada menos que idoneidade moral e reputação ilibada", diz o jornal.

Julgamento de processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

CONSULTOR JURÍDICO



O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal** será o maior desafio do novo presidente da corte, ministro Ricardo Lewandowski (*foto*). "Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem até 300 mil processos parados nas instâncias inferiores, que têm dificuldades até para guardar esses processos. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

Ao todo, a corte já se pronunciou em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No primeiro semestre deste ano, foram 18. No ano passado, tiveram decisão de mérito 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Valorização dos **magistrados**

As declarações do ministro foram feitas em evento amb.empauta.com

promovido pela **Associação dos Magistrados Brasileiros** para o lançamento do protocolo firmado entre **AMB** e **Conselho Nacional de Justiça** para ampliação da Justiça Restaurativa.

Na ocasião, Lewandowski afirmou também que pretende buscar um maior diálogo com o Legislativo, o Executivo, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e as entidades representativas de **magistrados**. Além disso, comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juizes** brasileiros, que, segundo ele, atuam em condições de grande precariedade estrutural e salarial.

"O que nós pretendemos é permitir que os **juizes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto", afirmou. *Com informações da Agência Brasil e da Assessoria de Imprensa da **AMB**.*

CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa

POLÍTICA

BRASÍLIA

O presidente do **Supremo Tribunal Federal** e do **Conselho Nacional de Justiça**, Ricardo Lewandowski, assinou ontem um protocolo de cooperação com a **Associação dos Magistrados Brasileiros** para divulgar e promover a prática da justiça restaurativa. Essa modalidade de justiça prevê que em situações de conflito, a vítima e o agressor possam dialogar em busca de soluções para reparar os danos cometidos. Também faz parte da proposta que a conciliação ocorra antes que as infrações sejam judicializadas, nos casos em que for possível.

Para Lewandowski, é preciso mudar a cultura da **magistratura** no Brasil, para restaurar "equilíbrio da paz social". Segundo ele, é equivocada a mentalidade de que problemas sociais serão resolvidos pela judicialização.

"Para que nós possamos dar conta desse novo anseio de justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da **magistratura**. Parar com essa mentalidade que todos os problemas sociais serão resolvidos pela judicialização", disse o ministro.

"É preciso que ele [o **juiz**] tenha não apenas a inteligência técnica, mas a sensibilidade e inteligência social. [É preciso] procurar, antes de fazer incidir uma justiça punitiva, repressiva, buscar, de certa for-

ma, restaurar aquela situação de rompimento do equilíbrio da paz social", completou.

O presidente da **AMB**, **João Ricardo** Costa, comemorou a assinatura do protocolo e afirmou que, no processo "tradicional", o **juiz** não conhece a realidade social do infrator.

"A justiça restaurativa é um método de reunião das partes e restauração dos conflitos. Há também uma discussão do que levou aquele agente a cometer o delito. No processo tradicional, nós não temos conhecimento da realidade de cada um", disse.

Questionado durante a entrevista sobre a sua gestão à frente do **STF** - Lewandowski foi eleito nesta quarta (13) presidente da Corte - o ministro afirmou que é preciso, em um primeiro momento, julgar temas com "algum impacto nacional". Ele disse que quer priorizar casos com repercussão geral, que são aqueles que geram jurisprudência para as instâncias inferiores da Justiça.

"Eu penso que o maior desafio que nós temos hoje é dar vazão rápida ao julgamento de recursos especiais com repercussão geral. Nós temos hoje, salvo engano, cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral, com algum tema com impacto nacional", disse.

CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa

POLÍTICA

BRASÍLIA

O presidente do **Supremo Tribunal Federal** e do **Conselho Nacional de Justiça**, Ricardo Lewandowski, assinou ontem um protocolo de cooperação com a **Associação dos Magistrados Brasileiros** para divulgar e promover a prática da justiça restaurativa. Essa modalidade de justiça prevê que em situações de conflito, a vítima e o agressor possam dialogar em busca de soluções para reparar os danos cometidos. Também faz parte da proposta que a conciliação ocorra antes que as infrações sejam judicializadas, nos casos em que for possível.

Para Lewandowski, é preciso mudar a cultura da **magistratura** no Brasil, para restaurar "equilíbrio da paz social". Segundo ele, é equivocada a mentalidade de que problemas sociais serão resolvidos pela judicialização.

"Para que nós possamos dar conta desse novo anseio de justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da **magistratura**. Parar com essa mentalidade que todos os problemas sociais serão resolvidos pela judicialização", disse o ministro.

"É preciso que ele [o **juiz**] tenha não apenas a inteligência técnica, mas a sensibilidade e inteligência social. [É preciso] procurar, antes de fazer incidir uma justiça punitiva, repressiva, buscar, de certa for-

ma, restaurar aquela situação de rompimento do equilíbrio da paz social", completou.

O presidente da **AMB**, **João Ricardo** Costa, comemorou a assinatura do protocolo e afirmou que, no processo "tradicional", o **juiz** não conhece a realidade social do infrator.

"A justiça restaurativa é um método de reunião das partes e restauração dos conflitos. Há também uma discussão do que levou aquele agente a cometer o delito. No processo tradicional, nós não temos conhecimento da realidade de cada um", disse.

Questionado durante a entrevista sobre a sua gestão à frente do **STF** - Lewandowski foi eleito nesta quarta (13) presidente da Corte - o ministro afirmou que é preciso, em um primeiro momento, julgar temas com "algum impacto nacional". Ele disse que quer priorizar casos com repercussão geral, que são aqueles que geram jurisprudência para as instâncias inferiores da Justiça.

"Eu penso que o maior desafio que nós temos hoje é dar vazão rápida ao julgamento de recursos especiais com repercussão geral. Nós temos hoje, salvo engano, cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral, com algum tema com impacto nacional", disse.

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

POLÍTICA

foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

SÃO PAULO - No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos juízes do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de juízes que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os juízes tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna" completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira (13) pelos colegas para assumir a presidência do STF. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ).

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à magistratura acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do STF, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos magistrados para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. "Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da magistratura, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", disse Lewandowski.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que ti-

veram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Lewandowski é eleito presidente do STF por nove votos contra um

"Comprometo-me desde logo a honrar as tradições mais do que seculares do **Supremo Tribunal Federal** e também cumprir e fazer respeitar a consagrada liturgia desta Casa de Justiça", afirmou o ministro Lewandowski. Após ser eleito, o ministro Lewandowski recebeu homenagens do decano da Corte, ministro Celso de Mello, e também do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coelho, e do procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Ao falar em nome de todos os ministros do **STF**, o ministro Celso de Mello destacou que o ministro Lewandowski será o 56º presidente do **STF** desde o Império e o 45º desde o início da República. O decano apresentou a biografia do novo presidente da Corte e desejou-lhe, bem como à ministra Cármen Lúcia, "os melhores votos de sucesso e de plena realização dos encargos inerentes às elevadíssimas funções de presidente e vice-presidente do **STF**".

Biografia Ricardo Lewandowski nasceu em 11/05/48, na cidade do Rio de Janeiro -- RJ. É casado com Yara de Abreu Lewandowski, com quem tem os filhos Ricardo, Livia e Enrique. Formou-se em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1971). Bacharelou-se também em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (1973). É mestre (1980), doutor (1982) e livre-docente em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1994). Nos Estados Unidos obteve o título de Master of Arts, na área de Relações Internacionais, pela Fletcher School of Law and Diplomacy, da Tufts University, administrada em cooperação com a Harvard University (1981). Atualmente é professor titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, depois de ser aprovado em concurso público de provas e títulos (2003).

Mais notícias nacionais: Relação com Eduardo Campos extrapolava a política, diz Lula

NACIONAL

Com ex-ministro

Relação extrapolava a política, diz Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, que no dia anterior "não tinha condições de falar" com a imprensa sobre a morte de seu ex-ministro. "Todos vocês sabem que a minha relação com o Eduardo Campos extrapolava a política", disse.

Agenda suspensa

Aécio Neves ficará no Rio com a família

O candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves, viajou ao Rio de Janeiro para ficar com a família, segundo a assessoria de imprensa do tucano. A agenda de Aécio, que envolvia compromissos no Nordeste, foi suspensa por tempo indeterminado.

Substância da maconha

Autorizados 37 pedidos de canabidiol

A Anvisa autorizou, desde abril, 37 dos 59 pedidos de

importação de medicamentos a base de canabidiol, substância encontrada na maconha.

Supremo

600 processos são desafios de presidente

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral será o maior desafio do presidente do **STF**, ministro Ricardo Lewandowski.

Jovem desaparecido

Policiais militares são afastados na Bahia

A PM da Bahia decidiu afastar seis policiais, suspeitos de envolvimento no sumiço de Geovane Mascarenhas de Santana, de 22 anos.

Semiaberto

Advogado pode empregar Suzane

Beneficiada com o regime semiaberto, Suzane von Richthofen pode trabalhar com seu advogado de defesa, Denivaldo Barni.

Lewandowski defende aumento para juízes em 1º evento na AMB



No 1º dia como presidente do **STF**, Lewandowski já defendeu aumento para os **magistrados**, cujo salário inicial é de R\$ 24 mil.

Em evento para **juízes**, Lewandowski defendeu aumento para a **magistratura**

Brasília - No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma defasagem muito grande dada a espiral inflacionária. O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional. Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna, completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira, 13, pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**, **João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação republicana da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura isolacionista.

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo, disse Lewandowski. (Beatriz Bulla/Agência Estado)

Agora presidente do **STF**

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

POLÍTICA



Novo presidente do **STF** diz que conta com apoio dos colegas para vencer desafio. Foto: José Cruz/Agência Brasil.

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo ele, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou Lewandowski, enfatizando que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007.

No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Notícias relacionadas 01/07/2014 **STF nega pedido para liberar protesto ideológico em estádios da Copa** 26/06/2014 **STF autoriza trabalho externo para José Dirceu** 11/06/2014 **STF inicia julgamento sobre mudança na composição de bancadas na Câmara** 03/06/2014 **Barbosa diz que aposentadoria do STF deve ser concluída em 15 dias**

Lewandowski defende melhor remuneração para os juízes

VIDA PÚBLICA

No primeiro evento em que participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do país. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**, Lewandowski afirmou que há atualmente uma defasagem muito grande dada a espiral inflacionária. O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre justiça restaurativa.

Ao deixar o local, o ministro afirmou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional. Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna, completou. O ministro foi eleito ontem pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é tam-

bém o presidente eleito do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. O presidente da **AMB, João Ricardo Costa**, disse acreditar em uma relação republicana com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa, que era acusado de assumir postura isolacionista.

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou ele, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados**. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo, disse.

Lewandowski defende melhor remuneração para os juízes

JUSTIÇA

No primeiro evento em que participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do país. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**, Lewandowski afirmou que há atualmente uma defasagem muito grande dada a espiral inflacionária. O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre justiça restaurativa.

Ao deixar o local, o ministro afirmou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional. Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna, completou. O ministro foi eleito ontem pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também o presidente eleito do **Conselho Nacional de**

Justiça (CNJ). O presidente da **AMB, João Ricardo Costa**, disse acreditar em uma relação republicana com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa, que era acusado de assumir postura isolacionista.

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou ele, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados**. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo, disse.

Agência Estado

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o

tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Fonte: Agência Brasil

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna", completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira, 13, pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**, **João Ricardo** Costa, disse acreditar

em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. "Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", disse Lewandowski.

Fonte: Estadão Conteúdo

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

POLÍTICA

Justiça

Atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com re-

percussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Lewandowski quer remunerar melhor juízes

POLÍTICA

Agência Estado

BRASÍLIA No primeiro evento em que participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski afirmou que há atualmente uma defasagem muito grande dada à espiral inflacionária. O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça Restaurativa.

Ao deixar o local, o ministro afirmou que durante a sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional. Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna, completou. O ministro foi eleito, quarta-feira (13), pelos colegas da Corte, para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também o presidente eleito do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **AMB, João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação republicana da associação com o atual presidente do **STF**. A expectativa é de que as relações melhorem, em comparação com a gestão de Joaquim Barbosa, que recentemente se aposentou. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura isolacionista.

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais Poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou Lewandowski, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu, também, uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. Não é mais possível que o Judiciário mantenha a sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo, disse.

Lewandowski diz que século 21 é o da descoberta dos direitos

DIREITO & JUSTIÇA

Para que nós possamos dar conta desse novo anseio por Justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, e preciso mudar a cultura da magistratura, mudar a cultura dos bacharéis em direito, parar com essa mentalidade, essa ideia de que todos os conflitos e problemas sociais serão resolvidos mediante o ajuizamento de um processo". Ricardo Lewandowski Presidente eleito do STF

O presidente em exercício do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) ministro Ricardo Lewandowski, afirmou nesta quinta-feira, em Brasília, que "o século 21 é o século do Poder Judiciário, em que a humanidade, bem como o povo, o homem comum, descobriu que tem direito e quer efetivá-lo". Ele acrescentou que, diante da crescente demanda por Justiça, os magistrados devem mudar a mentalidade e buscar formas alternativas de solução de conflitos, não privilegiando apenas o ajuizamento de processos judiciais.

O ministro abordou o tema após assinar com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, e representantes de diversas instituições o Protocolo de Cooperação para a difusão da Justiça Restaurativa em todo o país. Criada há dez anos, essa prática consiste na adoção de medidas voltadas a solucionar, de forma alternativa, situações de conflito e violência, mediante a aproximação entre vítima, agressor, suas famílias e a sociedade na reparação e na conciliação dos danos causados por um crime ou infração penal.

Durante entrevista coletiva, Ricardo Lewandowski citou o livro A era dos direitos, do filósofo e historiador italiano Norberto Bobbio, segundo o qual, na transição entre os séculos XX e XXI, o mundo passou a viver a era dos direitos, com o Poder Judiciário assumindo papel fundamental. Ele lembrou que o Sé-

culo XIX, com o triunfo das revoluções liberais, foi o século do Poder Legislativo, "o grande órgão de expressão da vontade do povo". Já no Século XX, acrescentou, em função das revoluções e das guerras, o Poder Executivo se tornou o mais apto a enfrentar os grandes desafios da época. "Mas o Século XXI é o Século do Poder Judiciário", assinalou.

Ricardo Lewandowski também destacou que a Constituição de 1988 marcou a profunda transição na democracia, antes representativa e agora participativa. Segundo ele, a Carta Magna, no parágrafo I o, do artigo I o, assenta que todo o poder emana do povo, devendo ser exercido por representantes eleitos ou diretamente. "Isso significa que o povo brasileiro exerce o poder, participa da gestão da coisa pública, seja nos setores da educação, da cultura, esporte, meio ambiente e, agora, no âmbito do Poder Judiciário", frisou o ministro.

Mais demanda

Ele alertou, no entanto, que essa mudança trouxe consigo um aumento expressivo no volume de demandas judiciais. "É um problema que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos chamou de explosão de litigiosidade. Só no Brasil nós temos quase cem milhões de processos em tramitação para apenas 18 mil juizes, dos tribunais federais, estaduais, trabalhistas, eleitorais e militares", afirmou. Para o ministro, os magistrados, diante desse contexto, devem buscar outras formas para a solução dos conflitos sociais, por meio, por exemplo, da mediação, da conciliação, da arbitragem e da Justiça Restaurativa.

"Para que nós possamos dar conta desse novo anseio por Justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da magistratura, mudar a cultura dos bacharéis em direito, parar com essa mentalidade, essa ideia de que todos os conflitos e pro-

blemas sociais serão resolvidos mediante o ajuizamento de um processo. Precisamos buscar meios alternativos de solução de controvérsias, não apenas resolver as questões litigiosas que se multiplicam na sociedade através de uma decisão judicial, mas sim buscar formas alternativas, devolvendo para a própria sociedade a solução de seus problemas", declarou Lewandowski.

Segundo o presidente em exercício do **CNJ**, é necessário que hoje o **magistrado** tenha não apenas a

Continuação: Lewandowski diz que século 21 é o da descoberta dos direitos

inteligência técnico-jurídica, conhecimento do processo, do direito material, civil, penal ou militar. Lewandowski disse ainda que o **CNJ** dará total apoio à difusão da Justiça Restaurativa, uma iniciativa da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**. "É preciso que nós deixemos que essas iniciativas provindas da base possam vingar e sensibilizar a cúpula das instituições brasileiras", concluiu. (Com Agência CNJ)

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

POLÍTICA

No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna", completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira, 13, pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **Associação dos Magistrados Bra-**

sileiros (AMB), **João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. "Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", disse Lewandowski.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

PAÍS

O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que ti-

veram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski.



O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Supremo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna" completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira (13) pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **Associação dos Magistrados Bra-**

sileiros (AMB), **João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. "Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", disse Lewandowski.

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

POLÍTICA

No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna", completou.

O ministro foi eleito na quarta-feira, 13, pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O presidente da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**, **João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as

relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Diálogo

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. O maior desafio à frente do **STF**, reiterou o ministro, será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos. "Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo", disse Lewandowski.

Publicidade

Publicidade

Na capa do

Lewandowski defende melhor remuneração para juízes

POLÍTICA

Foto: Nelson Jr. / Divulgação



Ministro de 66 anos chegou ao STF em 2006 por indicação do então presidente Lula

Ministro falou pela primeira vez após a eleição em evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros**

No primeiro evento como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, nesta quarta-feira, o ministro **Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos juízes do país**. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre justiça restaurativa.

Confira as últimas notícias de Zero Hora

Ao deixar o local, Lewandowski contou que, durante sua gestão à frente do Supremo, pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional".

- Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e também, por que não, uma remuneração condigna - completou.

O ministro foi eleito na última quarta-feira pelos colegas para assumir a presidência do **STF**. A posse deve ocorrer no início de setembro. Lewandowski é também vice-presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Associação dos Magistrados Brasileiros acredita que relação com **STF** deve melhorar

O presidente da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)**, **João Ricardo** Costa, disse acreditar em uma relação "republicana" da entidade com o atual presidente da Corte. A expectativa é de que as relações melhorem, na comparação com a gestão de Joaquim Barbosa. As entidades ligadas à **magistratura** acusavam Barbosa de não ouvir a categoria e assumir postura "isolacionista".

Lewandowski voltou a defender uma gestão pautada pelo diálogo entre o Judiciário e os demais poderes, associações e sociedade em geral. Segundo o ministro, o maior desafio à frente do **STF** será dar vazão rápida aos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral, cerca de 600 atualmente.

O ministro defendeu também uma mudança na mentalidade dos **magistrados** para buscar meios alternativos de resolução de conflitos.

- Não é mais possível que o judiciário mantenha sua postura tradicional. É preciso mudar a cultura da **magistratura**, parar com essa mentalidade de que todos os problemas sociais serão resolvidos mediante ajuizamento de processo - disse Lewandowski.

*Estadão Conteúdo

Presidente do CNJ assina acordo para incentivar a justiça restaurativa

POLÍTICA

O presidente do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ministro Ricardo Lewandowski, assinou nesta quinta-feira (14) um protocolo de cooperação com a **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** para divulgar e promover a prática da justiça restaurativa. Essa modalidade de justiça prevê que em situações de conflito, a vítima e o agressor possam dialogar em busca de soluções para reparar os danos cometidos.

O presidente da AMB, João Ricardo Costa (à esquerda); o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski; e a ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti (Foto: Lucas Salomão/G1)

Também faz parte da proposta que a conciliação ocorra antes que as infrações sejam judicializadas, nos casos em que for possível.

Para Lewandowski, é preciso mudar a cultura da **magistratura** no Brasil, para restaurar "equilíbrio da paz social". Segundo o ministro, é equivocada a mentalidade de que problemas sociais serão resolvidos pela judicialização.

"Para que nós possamos dar conta desse novo anseio de Justiça, dessa busca pelos direitos fundamentais, é preciso mudar a cultura da **magistratura**. Parar com essa mentalidade que todos os problemas sociais serão resolvidos pela judicialização", disse em entrevista a jornalistas em um hotel de Brasília.

"É preciso que ele [o **juiz**] tenha não apenas a inteligência técnica, mas a sensibilidade e inteligência social. [É preciso] procurar, antes de fazer incidir

uma justiça punitiva, repressiva, buscar, de certa forma, restaurar aquela situação de rompimento do equilíbrio da paz social", completou.

O presidente da **AMB, João Ricardo** Costa, comemorou a assinatura do protocolo e afirmou que, no processo "tradicional", o **juiz** não conhece a realidade social do infrator.

"A justiça restaurativa é um método de reunião das partes e restauração dos conflitos. Há também uma discussão do que levou aquele agente a cometer o delito. No processo tradicional, nós não temos conhecimento da realidade de cada um", disse.

Presidência do **STF**

Questionado durante a entrevista sobre a sua gestão à frente do **STF** - Lewandowski foi eleito nesta quarta (13) presidente da Corte - o ministro afirmou que é preciso, em um primeiro momento, julgar temas com "algum impacto nacional". Ele disse que quer priorizar casos com repercussão geral, que são aqueles que geram jurisprudência para as instâncias inferiores da Justiça.

"Eu penso que o maior desafio que nós temos hoje é dar vazão rápida ao julgamento de recursos especiais com repercussão geral. Nós temos hoje, salvo engano, cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral, com algum tema com impacto nacional", disse.

G1

"Novo ministro do STF deve estar sintonizado com os anseios da sociedade", diz presidente da Corte recém-eleito

BRASIL

Nelson Jr./13.08.2014/STF



Novo ministro "deve ser uma pessoa com a mente aberta, uma pessoa sintonizada com os anseios da sociedade", diz Lewandowski

Ricardo Lewandowski afirma ao R7 que vai estimular 'mediação e conciliação' de conflitos

O ministro Ricardo Lewandowski foi eleito presidente do **STF (Supremo Tribunal Federal)** na última quarta-feira (13). Porém, seus planos para um novo modelo de Justiça no País já começaram a ganhar contorno bem antes, desde o anúncio da aposentadoria de Joaquim Barbosa, em maio.

Na última segunda-feira (11), Lewandowski participou de aula magna de inauguração do curso de pós-graduação da Fadisp (Faculdade Autônoma de Direito) em São Paulo. Na ocasião, recebeu a reportagem do **R7 Lewandowski**: Eu recebo essa notícia com muita alegria. Quer dizer que eu tenho ótimas relações com a Ordem dos Advogados do Brasil, com as associações de **magistrados**, com o Ministério Público, com a classe jurídica de modo geral. No passado, falava-se em família forense, ou seja, advogados, promotores e **juízes** conviviam harmonicamente. Isso é algo que eu pretendo reinstaurar na minha presidência. E, talvez, no País todo revivamos aquela fase em que nos considerávamos pertencentes a uma mesma família.

R7: Qual o foco de sua gestão no Supremo e no CNJ?

Lewandowski: Com relação ao **CNJ** e também, eventualmente, dentro das competências do **Supremo Tribunal Federal**, eu pretendo dar ênfase no planejamento estratégico do poder Judiciário. É fazer com que a prestação jurisdicional seja mais célere e também desenvolver formas alternativas de composição de litígios. Ao invés de permitir que tudo desemboque no Judiciário, todos os litígios, todos os conflitos, e que a maioria deles suba aos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal, nós va-

Nelson Jr./07.08.2014/STF



"Nós vamos estimular essas formas alternativas de resolução de controvérsias, como a mediação, a conciliação e a arbitragem, diz novo presidente

Continuação: "Novo ministro do STF deve estar sintonizado com os anseios da sociedade", diz presidente da Corte recém-eleito

mos estimular essas formas alternativas de resolução de controvérsias, como a mediação, a conciliação e a arbitragem.

R7: Será uma tarefa fácil?

Lewandowski: A sociedade brasileira está receptiva. Nós temos quase 100 milhões de processos em andamento para quase 18 mil **juízes federais**, estaduais, trabalhistas, militares, eleitorais. É muita coisa, muitos processos para poucos profissionais. É preciso fazer com que nem tudo ingresse na máquina judiciária.

R7: Como fazer essa mudança? Ela passa por

uma mudança no currículo dos profissionais?

Lewandowski: Eu acho que, antes de mais nada, ela passa por uma reformulação da cultura dos operadores do direito. Nós precisamos, justamente, buscar fórmulas alternativas. Hoje, quando há um conflito, vai-se direto ao Judiciário. O advogado é ensinado nas faculdades a fazer uma petição e ingressar em juízo. Mas existe um campo profissional muito grande para os advogados, que é justamente representado pela arbitragem, pela mediação e pela conciliação, e o advogado, como especialista no direito, ele pode encaminhar e resolver esses conflitos sem necessariamente ir para o Judiciário como um primeiro passo.

Julgamento de 600 processos com repercussão geral é desafio para Lewandowski

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro

Brasília - O julgamento de cerca de 600 processos com repercussão geral que aguardam solução no **Supremo Tribunal Federal (STF)** será o maior desafio do novo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que foi eleito nesta quarta-feira (13).

"Temos hoje cerca de 600 processos para julgamento com repercussão geral. Quando o Supremo escolhe um tema com repercussão geral, os demais processos nos tribunais inferiores ficam represados", explicou o ministro.

Segundo Lewandowski, atualmente existem temas que envolvem 150, 200, 300 mil processos e as instâncias inferiores têm dificuldades até para guardar esses processos e os jurisdicionados ficam sem solução para tais problemas levados à Justiça", destacou o ministro. Ele disse que tem o apoio dos colegas do tribunal para dar vazão a esses julgamentos.

No primeiro semestre deste ano, os ministros do Su-

premo julgaram o mérito de 18 processos com repercussão geral reconhecida. Ao todo, a Corte já se pronunciou definitivamente em 182 temas que tiveram repercussão geral reconhecida, desde que o tribunal passou a adotar esse instrumento, em 2007. No ano passado, tiveram decisão final (de mérito) 46 temas com impacto em, pelo menos, 116,4 mil processos sobrestados em 15 tribunais.

Em sua primeira participação em um evento da **Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)** depois de eleito presidente do **STF**, Lewandowski disse que pretende pautar sua gestão no diálogo com os poderes Executivo e Legislativo, com o Ministério Público e associações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as que representam **magistrados**.

No evento, cujo tema foi Justiça Restaurativa, o ministro comprometeu-se a defender melhores condições salariais e de trabalho para os **juízes** brasileiros. "O que nós pretendemos é permitir que os **juízes** tenham todas as condições para melhorar a prestação jurisdicional e, para isso, eles têm que ter as condições adequadas para tanto, seja do ponto de vista de equipamento, seja do ponto de vista de apoio material e humano e, porque não dizer, uma remuneração condigna", afirmou.

Lewandowski defende recomposição salarial de juízes

CAPA



(Foto: Estadão Conteúdo)

também, por que não, uma remuneração condigna", completou.

No primeiro evento do qual participou como presidente eleito do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu a melhor remuneração dos **juízes** do País. Ao destacar os desafios da profissão em evento organizado pela **Associação dos Magistrados Brasileiros**, Lewandowski disse que há, atualmente, uma "defasagem muito grande dada a espiral inflacionária". O ministro saiu aplaudido por uma plateia de **juízes** que participavam de evento sobre Justiça restaurativa.

Ao deixar o local, Lewandowski contou que durante sua gestão à frente do Supremo pretende facilitar e permitir que os **juízes** tenham "todas as condições de melhorar a prestação jurisdicional". "Seja do ponto de vista de equipamento, do ponto de vista humano e

Índice remissivo de assuntos

Poder Judiciário

7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,
24, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42,
43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58

AMB

8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,

24, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44,
45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58

AMB | João Ricardo dos Santos Costa

8, 10, 11, 13, 16, 18, 19, 25, 32, 33, 34, 38, 40, 41, 43,
45, 46, 48, 51, 52, 53, 54